

## Recensões

***Freedom Evolves*, de Daniel C. Dennett.** Londres: Penguin Books, 2003, 347 pp., £20

No seu mais recente livro, Daniel Dennett retoma os temas de *Elbow Room* (1984) — referido, no Prefácio, como um «projecto-piloto» — depois de feito «o trabalho de esclarecimento necessário» acerca da consciência e da evolução, nomeadamente em *Consciousness Explained* (1991) e *Darwin's Dangerous Idea* (1995; trad.: *A Ideia Perigosa de Darwin*, 2001). A agência e o livre arbítrio são os temas quer de *Elbow Room* quer de *Freedom Evolves*. Em ambos, e de forma mais desenvolvida neste último, Dennett pretende explorar as implicações das abordagens naturalistas e darwinistas da mente e da cultura no conhecimento que temos acerca de nós próprios enquanto agentes.

As ideias básicas defendidas são as seguintes: 1) a liberdade humana é mais recente do que a espécie e depende da evolução por selecção natural de determinados dispositivos cognitivos; 2) o conflito entre liberdade e determinismo, usualmente central nos debates filosóficos acerca do livre arbítrio, revela-se ilusório a partir do momento em que a teoria da mente não nos permite evocar um eu ou alma como origem da acção; 3) longe de ser um «inimigo» da liberdade humana, o darwinismo é um seu aliado. Aliás, e como acontece com grande parte da obra recente de Dennett, bem como com a sua intervenção pública, um dos objectivos de *Freedom Evolves* é precisamente desmontar a antipatia (muito generalizada mas pouco esclarecida) quanto às implicações do darwinismo na concepção da natureza humana.

Alguns dos contributos mais interessantes e inovadores deste livro, relativamente aos escritos que Dennett dedicou anteriormente à questão da agência, são uma análise do determinismo elaborada em termos de mundos possíveis e causalidade (Capítulo 3, «Thinking about Determinism»), mais explicitamente dirigida a filósofos do que é habitual nos escritos de Dennett, e uma genealogia evolutiva de traços da moral

(Capítulo 7, «The Evolution of Moral Agency»). Esta última, que tem, como é sabido, antecedentes na história da filosofia — pense-se por exemplo em Hobbes e Nietzsche — é feita por Dennett, como seria de esperar, a partir de estudos com base empírica, nomeadamente estudos do âmbito da psicologia evolutiva.

Como é habitual no trabalho de Dennett, é concedido nesta obra um grande relevo ao trabalho de não-filósofos que possa contribuir para o esclarecimento dos problemas filosóficos em causa, neste caso o problema do livre arbítrio. De modo a facilitar o percurso do leitor na obra, o autor oferece resumos no início e no final de cada capítulo. A presente recensão toma esses resumos como guia.

No Capítulo 1, intitulado «Natural Freedom», é localizado o problema de partida: trata-se de um temor face à exploração das implicações do conhecimento científico (nomeadamente biológico e cognitivo) na concepção que temos de nós mesmos. Nomeadamente, um relato naturalista da evolução das nossas mentes parece ameaçar o livre arbítrio, um traço central e precioso da concepção que temos de nós mesmos. Dennett pensa que tal ansiedade acerca do livre arbítrio decorre de ilusões, em grande parte ligadas à ideia de determinismo. Este é frequentemente interpretado como algo que envolve a rigidez da nossa natureza, a existência de um destino previamente traçado, a redução das possibilidades, a eliminação de oportunidades na acção. Contra tal temor, Dennett defende que a exploração das implicações de novos conhecimentos acerca das nossas origens nos permitirá pelo contrário sustentar uma melhor teoria da natureza da liberdade, afastando vários mitos.

A finalidade do Capítulo 2, «A Tool for Thinking about Determinism», é argumentar que o determinismo é usualmente mal concebido, nomeadamente quando é associado à inevitabilidade e à ausência de alternativas na acção. Dennett pretende defender que aquilo que é de facto fundamental para a evolução da liberdade — o evitável — pode perfeitamente obter-se num mundo determinista. De modo a «separar» o conceito de determinismo (concebido, seguindo Van Inwagen, como a tese de acordo com a qual a cada instante só há um futuro possível, p. 25) e a ideia de inevitabilidade, necessitamos de «instrumentos de apoio para o pensamento». Dennett acaba por se concentrar num instrumento particular, que aparece frequentemente nos seus escritos: o Mundo da Vida de J. H. Conway. Este é um mundo bidimensional, uma grelha de *pixels*, em que as configurações de *pixels* se sucedem segundo regras; um mundo a que, de acordo com a definição

acima, é possível chamar «determinista» (para um contacto directo com o Mundo da Vida, cf. <http://psoup.math.wisc.edu/Life32.html>). O que Dennett sublinha é o seguinte: é possível, num mundo com estas condições, a evolução de entidades simples, capazes de evitar o dano. De facto, no espaço das configurações possíveis, algumas configurações persistem melhor do que outras precisamente porque foram *concebidas (designed)* para evitar o dano. Nessa situação, estamos perante algo a que podemos chamar proto-acção e que está precisamente ligado ao evitável. O que Dennett pretende com a análise do modelo é argumentar que o evitável, que abre ou inicia o espaço de manobra (*elbow room*) que em entidades mais sofisticadas será o espaço da acção, é possível num mundo determinista e é um conceito relativo ao nível do *design* e não ao nível físico.

O Capítulo 3 — que retoma um artigo escrito em parceria com Christopher Taylor (Taylor & Dennett 2001, «Who's Afraid of Determinism?») — intitula-se «Thinking About Determinism» e nele Dennett apresenta (de uma forma quase rara na sua obra) análises para filósofos, nomeadamente análises explícitas dos conceitos de necessidade, possibilidade e causalidade, «necessários para a discussão em causa» (p. 66). Como qualquer leitor de Dennett saberá, o autor frequentemente evita este tipo de análises substituindo-as por descrições de dispositivos e pelo tratamento de questões cognitivas. O objectivo de Dennett neste capítulo é defender que os conceitos de necessidade, possibilidade e causalidade são totalmente neutros relativamente à verdade do determinismo ou do indeterminismo físicos. A proposta é assim que a discussão acerca da liberdade deve deixar de lado a questão do determinismo/indeterminismo, já que aquilo que de facto interessa para a obtenção de algo como a liberdade humana diz respeito ao nível biológico, o nível do *design, design* este que resulta da evolução por selecção natural.

Antes de passar, de acordo com a decisão acima referida, à abordagem da questão da liberdade a partir do problema da evolução do *design*, Dennett considera ainda, no Capítulo 4, «A Hearing for Libertarianism», uma importante concepção filosófica do livre arbítrio, o libertarianismo. O libertarianismo é um tipo de incompatibilismo (i.e., uma posição de acordo com a qual o livre arbítrio e o determinismo são incompatíveis). De acordo com os libertarianistas, se temos livre arbítrio, o determinismo é falso e o indeterminismo verdadeiro (p. 98). Para Dennett, o problema é saber para que precisam, exactamente, os libertarianistas do indeterminismo. Grande parte do capítulo é

assim ocupada com a análise de um modelo libertarianista de tomada de decisões (Robert Kane, *The Significance of Free Will*, 1996). Ao contrário de outros incompatibilistas, Kane encara directamente o problema de situar o indeterminismo no processo de tomada de decisão de um agente. Isto permite, de acordo com Dennett, ver claramente os problemas inultrapassáveis com que se depara qualquer teórico que siga esse caminho. Na medida em que, de acordo com Dennett, nem mesmo os libertarianistas são capazes de encontrar um lugar para o indeterminismo nos processos de decisão de um agente, i.e., não mostram a forma como o indeterminismo asseguraria a liberdade do agente, a ideia de Dennett é que se deve, simplesmente, deixar para trás a questão do determinismo/indeterminismo na discussão sobre a liberdade. Dennett defende ainda que aquilo de que os libertarianistas dizem necessitar para conceber a acção livre (a indeterminação prévia à acção) pode perfeitamente ser conseguido sem indeterminismo. Da mesma forma que no capítulo anterior, conclui-se que a questão filosófica relativa ao determinismo ou indeterminismo físico não tem peso directo na teoria da acção. Em vez disso, a forma correcta de abordar o problema é procurar conceber a forma como os dispositivos concebidos (*designed*) para permitir a acção livre poderiam ter evoluído.

O Capítulo 5 intitula-se «Where does all the Design come From?» e tem por objectivo responder a esta pergunta. Partindo da constatação de que há 4 biliões de anos pura e simplesmente não existia liberdade no planeta porque não existia vida, Dennett procura identificar o percurso evolutivo de vários tipos de liberdade desde a origem da vida, bem como a evolução de razões — inicialmente *free floating rationales*, razões «de nenhum agente», ou, metaforicamente, razões da Mãe Natureza — até serem as nossas *razões*, i.e., razões reconhecidas por agentes e utilizadas para guiar a acção destes.

A ideia central é que a evolução por selecção natural propiciou o desenvolvimento de graus cada vez maiores de liberdade em entidades vivas, expandindo a possibilidade de criaturas reconhecerem e agirem perante *oportunidades*. A sabedoria inerente ao *design-para-a-liberdade* de formas de vida cada vez mais complexas pode ser melhor compreendida adoptando a estratégia intencional (i.e., imputando uma finalidade a todo processo evolutivo). Põe-se assim em relevo, nomeadamente, os *rationales* livres (razões que não são «de alguém») das escolhas cooperativas em jogos de soma não-zero que guiaram, na terminologia de Dennett, o processo de «Investigação e Desenvolvi-

mento» levado a cabo pela evolução que conduziu a agentes «racionais» e livres como nós.

O Capítulo 6 apresenta uma perspectiva evolucionista sobre a cultura humana e intitula-se «The Evolution of Open Minds». Uma abordagem darwinista da cultura humana permite esboçar um trajecto explicativo que dê conta das diferenças entre nós e os animais que são os nossos parentes mais próximos. A cultura é uma enorme inovação na história evolutiva, uma inovação que propicia a uma espécie animal, o *homo sapiens*, instrumentos inéditos na história da evolução, nomeadamente instrumentos para pensar.

O Capítulo 7, «The Evolution of Moral Agency», parte do reconhecimento de que a própria cultura obedece aos constrangimentos da evolução por selecção natural e analisa a evolução da agência moral — por exemplo, de traços como a «cooperação» e o «altruísmo». Contra os críticos que consideram que uma abordagem «genético-evolutiva» da agência moral aniquila qualquer ideal de moralidade, Dennett defende, pelo contrário, que apenas uma abordagem semelhante concede à agência moral a sustentação de que esta necessita. Essa sustentação é conseguida através de uma radicação da agência moral nos mecanismos cognitivos que nos constituem.

A ideia defendida é, em traços largos, a seguinte. As complexidades da vida social de uma espécie com língua e cultura teriam gerado uma série de «corridas ao armamento» evolutivas. Destas emergem agentes que exibem as componentes-chave da moralidade humana: 1) interesse em descobrir condições em que a cooperação floresce, 2) sensibilidade à punição e à ameaça, 3) preocupação com a reputação, 4) disposições de nível elevado para a auto-manipulação, concebidas para melhorar o auto-controlo face à tentação, 5) capacidade de estabelecer compromissos apreciáveis por outros. Foram estas inovações de *design* que permitiram aos agentes humanos suplantar o egoísmo míope dos organismos mais simples a partir dos quais evoluíram.

O Capítulo 8, «Are You Out of the Loop?», enfrenta o seguinte problema: A imagem do agente que começa a esboçar-se quando se adopta a perspectiva evolutiva — uma imagem na qual o agente aparece como um novelo de interesses em competição, moldado por forças evolutivas — é bastante difícil de reconciliar com a concepção tradicional que temos de nós mesmos, de acordo com a qual somos entidades conscientes unas e idênticas, que iniciam acções intencionais por decisões livres. Como exemplo dos problemas a que um tal choque de perspectivas nos obriga, Dennett toma uma célebre, controversa e

frequentemente mal interpretada experiência acerca de iniciação de acção levada a cabo pelo neurocientista B. Libet (p. 228). Dennett pensa que os mal-entendidos surgidos em torno da interpretação da experiência de Libet — de acordo com os quais a alternativa se colocaria entre admitir ou que as decisões «nos acontecem» ou que existe uma alma «acima» dos processos neurofisiológicos — podem ser afastados através de análises correctas da forma como um eu (uma auto-representação de unificação) surge no cérebro e da forma como tomamos decisões.

O Capítulo 9, «Bootstrapping Ourselves Free», visa enumerar os pré-requisitos da autonomia na acção e descrever a forma como estes puderam ser alcançados. A ideia de Dennett é que para sermos agentes morais temos que ser capazes de agir por razões, razões que são as *nossas* razões. De acordo com Dennett, foi a cultura que sustentou a evolução de «animais racionais», i.e., de mentes suficientemente poderosas para captar as razões das coisas e torná-las as suas razões. É verdade que não somos, nem poderíamos ser, nestas circunstâncias evolutivas, agentes *perfeitamente* racionais. No entanto, a arena social em que vivemos sustenta processos de interacção dinâmica, fazendo de nós agentes capazes de assumir responsabilidade pelos nossos actos. A autonomia de um agente não depende por isso, segundo Dennett, de algo como a suspensão miraculosa da causalidade mas sim de processos de educação e partilha mútua de conhecimento.

O Capítulo 10, o capítulo mais social e político, e de alguma forma programático, intitula-se «The Future of Human Freedom» e visa fundamentalmente defender que a verdadeira ameaça à liberdade não é metafísica, colocada pelo determinismo ou pelo darwinismo, mas sim política e social. A liberdade teve de evoluir e continua a evoluir: Dennett considera necessário transpor para sistemas de governo e de leis aquilo que a teoria da mente nos vai ensinando acerca das condições da decisão humana e conceber instituições que permitam a adaptação da concepção que temos de nós mesmos enquanto agentes a descobertas científicas e avanços tecnológicos. Só assim serão possíveis sistemas de governo, leis e outras instituições que não sejam «reféns conceptuais» de falsos mitos sobre a natureza humana. Apenas esse passo permitirá liberdade e desígnio numa situação em que, segundo o autor, temos mais poder do que nunca para criar aquelas que serão as condições de vida dos seres humanos futuros.

*Freedom Evolves* é, assim, mais um exemplo de filosofia ao estilo de Dennett: partindo do «ponto de vista da terceira pessoa», nomeada-

RECENSÕES

mente das ciências da cognição, obtemos uma nova visão acerca dos problemas tradicionais da filosofia. Neste caso, uma nova visão acerca do livre arbítrio.

Sofia Miguens  
Departamento de Filosofia  
Faculdade de Letras, Universidade do Porto  
Via Panorâmica s/n, 4150 Porto  
smiguens@letras.up.pt

***Sorting Out Ethics*, de R. M. Hare.** Oxford: Clarendon Press, 1997. 202 pp., £15

R. M. Hare (1919-2002) destacou-se na ética filosófica não só pela apresentação de argumentos ousados e originais, mas também por ter contribuído para esta área com uma das teorias morais mais abrangentes e sistemáticas que emergiram na tradição analítica. Ao longo de meio século Hare desenvolveu a sua teoria em vários livros e muitas dezenas de artigos, destacando-se na sua extensa bibliografia a trilogia constituída por *The Language of Morals* (1952), *Freedom and Reason* (1963) e *Moral Thinking* (1981). Não há um tópico maior de ética filosófica que tenha escapado ao escrutínio de Hare. Apesar de ter privilegiado inicialmente o estudo metaético do significado dos juízos morais, domínio em que o seu «prescritivismo universal» se impôs como uma referência incontornável, não o fez por considerar, à maneira dos positivistas lógicos, que as questões morais substantivas caem fora do âmbito da investigação filosófica. Na verdade, as suas conclusões metaéticas levaram-no a defender, no âmbito da ética normativa, uma versão sofisticada de utilitarismo que se caracteriza em parte pela tese segundo a qual agir acertadamente é maximizar a satisfação de preferências. E foi a partir de tal perspectiva utilitarista que, no domínio da ética aplicada, Hare contribuiu significativamente para elucidar questões morais práticas como as suscitadas pelo aborto, a guerra, a educação, a distribuição de recursos, o tratamento dos animais e até o planeamento urbanístico.

*Sorting Out Ethics* não acrescenta qualquer grande novidade a obras anteriores, mas proporciona uma exposição inexcelsivamente clara e depurada dos aspectos fundamentais do pensamento de Hare. O livro tem a estrutura de um tríptico cujo grande painel central resulta das